

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TEFÉ - CEST
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

IGREJA, ARQUIVOS PAROQUIAIS NA CIDADE DE TEFÉ: 1890-1940

TEFÉ, AM

2017

HUDSON PINHEIRO DA SILVA

IGREJA, ARQUIVOS PAROQUIAIS NA CIDADE DE TEFÉ: 1890-1940

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Centro de Estudos Superiores de
Tefé - CEST, como requisito para obtenção do
grau de Licenciado em História.

TEFÉ, AM

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

IGREJA, ARQUIVOS PAROQUIAIS NA CIDADE DE TEFÉ: 1890-1940

SILVA, Hudson Pinheiro da. **Igreja, arquivos paroquiais na cidade de Tefé: 1890-1940**. Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura Plena em História. Universidade do Estado do Amazonas/UEA. Centro de Estudos Superiores de Tefé/ CEST, 2017. 45pp.

Palavras - chaves: Arquivos Paroquiais; Igreja na América Latina, Dinâmica Social; Tefé.

CODD:

HUDSON PINHEIRO DA SILVA

IGREJA, ARQUIVOS PAROQUIAIS NA CIDADE DE TEFÉ: 1890-1940

Esta Monografia foi julgada para obtenção do título de Licenciado em História, e aprovada em sua forma final pelo curso de História.

Banca Examinadora

Prof. Orientador:

UEA

Prof. Membro:

UEA

Prof. Membro:

UEA

Tefé, ____ de _____ de 2017

AGRADECIMENTOS

Absolutamente não é nada fácil desenvolver um projeto de pesquisa. Antes e durante o processo, tive a sorte de receber ajuda de varias pessoas e da própria instituição que colaboraram, direta ou indiretamente na coleta de fontes, na escrita do material ou mesmo dando aquela força marota que brincamos ao chamar de “apoio moral”.

Poderia elencar várias aqui dentre as quais a Universidade do Estado do Amazonas em nosso Centro de Estudos Superiores de Tefé, bem como ao projeto do PAIC, fomentado pela FAPEAM do qual essa monografia é fruto.

Agradeço a meu orientador Tenner Inauhiny de Abreu, que me ajudou com a maior parte das fontes e seu manuseio até a correção e ideias para a escrita do projeto.

Agradeço a todos os autores e suas obras fantásticas que tive oportunidade de ler antes ou enquanto escrevia, mesmo que não sabendo nem de minha existência, a mim são rotineiros e importantes amigos.

Agradeço também ao meu colega Magiles Macedo pelo tempo que trabalhamos juntos coletando fontes e digitalizando.

Agradeço à Maura e aos padres que aprovaram e permitiram nosso trabalho de digitalização na secretaria da Catedral de Santa Teresa.

Agradeço aos meus amigos e colegas da UEA, em especial à nossa pequena “panelinha”, - Fabíola, Fransoar, Miqueias, Tayze, e Raimundo - que fora diminuindo, infelizmente, ao longo do tempo, mas que os poucos que sobraram ajudaram-se e enfrentaram juntos os temidos problemas da faculdade. E que, particularmente, me ajudaram muito, com informações e apoio.

Agradeço ao quadro de professores que me ajudaram, de uma forma ou de outra, a observar certas características do que irei levar para a carreira da docência. Claro, isso é apenas uma parte. Com eles, vi diferentes partes de vários objetos sob várias perspectivas. E a eles, sou muito grato por isso.

Por último e, com certeza, não menos importante, agradeço à minha namorada Aira que foi a responsável por maior cobrança e apoio e à minha Família – João, Cirlene, Roney, Daiana e Francisca - a qual, não preciso nem dizer que me acompanhou o tempo inteiro (desde a concepção) até esse dia, essa formação e esse trabalho.

A todos, meu muitíssississississimo obrigado.

RESUMO

Para compreender a história da região do Solimões, assim como o próprio Brasil, devemos ter em mente o entrelaçamento do Estado e Igreja na formação das lugares, vilas e cidades. Partindo desse pressuposto, analisar os meandros dessa união nos permite contextualizar parte da vida dessas sociedades presentes. Os arquivos paroquiais encontram-se, nesse sentido como uma forma de registro dessas sociedades que são extremamente católicas, principalmente nos séculos XIX e XX, onde a igreja participa, portanto, ativamente em suas vidas. Como referencial teórico-metodológico dessa pesquisa, nos apoiamos em autores que discutem a história da igreja na América Latina e, mais especificamente, na região que abrange hoje à Amazônia. Estudamos a ordem dos espíritanos e seu impacto em Tefé, métodos de análise e tratamento das fontes paroquiais. Esses arquivos foram localizados na secretaria da Catedral de Santa Tereza e foram devidamente organizados e digitalizados. Os assentamentos presentes lá incluem livros de batismo e casamento, evidenciando registros de relações de apadrinhamento, nomes de famílias e padres envolvidos na cerimônia. O total encontrado foram 38 livros, sendo 34 de batismo e quatro livros de casamento. Os locais registrados abrangem parte da área que Tefé possuía no século XIX e início do XX, o que corrobora a grande área pertencente outrora a Tefé, assim como também nos dá a hipótese da existência de mais livros da época (hoje) nos municípios vizinhos, mostrando então a necessidade de pesquisas como essa serem realizadas pelas redondezas e, portanto, nas cidades vizinhas.

Palavras Chave: Igreja na América Latina; Arquivos Paroquiais; Dinâmica Social; Tefé.

Sumário

INTRODUÇÃO	11
1 CAPÍTULO: A IGREJA E A COLONIZAÇÃO DO NOVO MUNDO.....	16
1.1 Igreja e Estado: remontagem histórica.....	16
1.2 Uma colonização cheia de sentidos e interesses	19
1.3 Igreja e Estado: Método eficaz na conversão dos “gentios”	20
1.4 A Igreja como instituição de fronteira	21
1.5 Vazio no século XVIII depois da expulsão dos jeuitas.....	22
1.6 As Ordens religiosas na região.....	22
1.7 Hierarquia na Igreja e questões locais.....	23
1.8 As fases da vida na Igreja: Os Sacramentos	24
1.9 As Sociedades resultantes	25
2 CAPÍTULO: AS TRANSFORMAÇÕES DA IGREJA NO CONTEXTO DE ROMANIZAÇÃO: NO FIM DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX.....	27
2.1 As novas e imparáveis revoluções	27
2.2 Enfraquecimento da Igreja	28
2.3 Imensa variedade de manifestações católicas	29
2.4 Surgimento da Congregação do Espírito Santo	30
2.5 A Ordem dos Espiritanos à caminho de Tefé	31
3 TEFÉ E OS ARQUIVOS ECLESIAÍSTICOS.....	33
3.1 A região de Tefé.....	33
3.2 A formação da Missão de Santa Teresa Dávila	35
3.3 As prefeituras apostólicas	35
3.4 Arquivos paroquiais na cidade de Tefé.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
FONTES.....	45

LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Capa de livro de Batismo datado de 1911. p. 37.

Figura 2: Registros internos de livro de batismo datado de 1911. p. 38.

Figura 3: Registros internos de livro de batismo (dados dos demais envolvidos) datado de 1911. p. 38.

Figura 4: Registros internos de livro de casamento datado de 1890 a 1895. Capa. p. 39.

Figura 5: Registros internos de livro de casamento (dados dos noivos) datado de 1890 a 1895. p. 39.

Figura 6: Registros internos de livro de casamento (dados dos demais participantes da cerimônia) datado de 1890 a 1895. p. 40.

Figure 7: Capa de livro de batismo de 1934 a 1936 P. 40.

Figure 8: Registros de livro de batismo de 1934 a 1936 (dados da cerimônia-1). p. 41.

Figura 9: Registros de livro de batismo de 1934 a 1936 (dados da cerimônia-2). p. 41.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Área Pertencente à Tefé e Desmembramentos. p. 32.

LISTA DE TABELAS

**Tabela 1: Livros eclesiais encontrados e digitalizados na secretaria da Catedral de Santa Teresa.
p. 35-36.**

INTRODUÇÃO

Da escolha do tema, pesquisa de fontes até, por fim, o desenvolvimento desse trabalho, teve-se em mente um objeto que fica sempre em segundo ou terceiro plano nos dias de hoje ao visualizarmos o quadro da região amazonense. Um lugar que, sendo interior e periferia no Brasil, aparentemente não demonstra relevada importância, exceto por estar próximo de alguma instituição ou margem de rio.

Ao longo dos anos, em um sentido político e social a antiga “princesa do Solimões”, como fora chamada por Gonçalves Dias (APUD JOBIM, 1937), desse “coração do Amazonas” viria a estagnar-se em um tempo imaginário, transformando-se em apenas mais uma cidade do interior do Amazonas.

O que não é tão conhecido, porém, é que principalmente no século XIX e início do XX Tefé abrangia a maior área em relação à Província do Amazonas (até 1889, depois disso se tornando Estado) e veio a ser desmembrado ao longo do tempo para criação de outros municípios próximos. Uma área que se estendia por, principalmente, todo o médio e alto Solimões.

Nesse intermédio de tempo, a economia da vila/cidade de Ega/Tefé, em seu caráter de exportação e entreposto comercial, a produção educativa no sentido mais amplo, envolvendo formações e sociabilidades, bem como diversos outros aspectos de desenvolvimento na vila/cidade estavam em um processo rápido e importante, na centralidade da região. Estes aspectos de sociabilidade, e preocupação com desenvolvimentos políticos e educacionais são altamente fomentados pela Igreja Católica, por intermédio das ordens religiosas presentes na região. No caso de Tefé, principalmente contando com presenças jesuíticas, carmelitas e, a partir do fim do século XIX, da Congregação do Espírito Santo.

Alguns autores como Queiroz (2015) já apresentam a questão de que, no Solimões, a história e desenvolvimentos sociais, políticos e educativos estão atrelados às ações e iniciativas religiosas na região. A Igreja viria, pois, a ser, não apenas uma aliada ao Estado como fora nos impérios absolutistas da Europa, mas uma própria centralidade política em determinado tempo, participando ativamente de controles territoriais, educação, construções públicas e assistência médica na sociedade de Tefé, dentre outros locais.

Além destes fatores, há uma outra questão. Sua influência nos indivíduos é extremamente forte no período. Hauck (2008), Fragoso (2014) e outros estudiosos caracterizam as sociedades brasileiras como extremamente católicas, dentro desse recorte temporal (séculos XIX e XX).

Além dessa característica, essa Igreja instituída no Brasil seria atingida, mais tarde, pelas transformações romanas dos concílios, ao ponto de voltar seu foco para fazer parte dos amplos processos de vida de cada católico por meio das assistências médicas, sociais e educativas, mas também pelos sacramentos que acompanham toda a vida dos cristãos católicos.

Externando-se a discussão para os interesses da história e, tendo como pressuposto que estes processos são devidamente registrados, os sacramentos permitem, pois, a confecção de acervos de registros e informações sobre os indivíduos e sociedades a quem são aplicados, estes, já evidenciados como bastante expressivos, produzindo um material, no mínimo relevante, acerca das sociedades locais.

Não há, é claro um sentido da história tradicional, a qual resume-se em documentos textuais oficiais e apresenta ênfase na política. Nossa pesquisa remonta discussões principalmente bibliográficas sobre os contextos temporais da área que vem a ser a Amazônia portuguesa nos contextos da colonização, com ênfase nos séculos acima citados, várias dessas bibliografias inclusive contando com o suporte de cronistas, memorialistas e relatos de viajantes, no caso Pessoa (1997), com o livro “1º Centenário dos Espiritanos em Tefé (síntese histórica) – de 10 de Junho de 1897 a 1997”, bem como o livro de Anísio Jobim (1937), da série “Panoramas Amazônicos” sobre seus relatos ao visitar a vila de Ega que ajudam a contextualizar sobre a região e sobre as ordens religiosas aqui presentes.

Para discutirmos a presença da Igreja na América até sua chegada em Tefé e suas influências, utilizamos a tese de doutorado de Kristian Queiroz (2015), que é um grande acervo de informações acerca de Tefé e que nos ajudou bastante a verticalizar a temática para a região local.

Trazemos a leitura do livro de Boxer (1978), “A Expansão do Império Marítimo Português”, utilizando, principalmente seu conceito de uma Igreja como instituição de fronteira. Hoornaert (2012), na coleção de Leslie Bethel, com o capítulo “A Igreja Católica no Brasil Colonial”, bem como a tese doutorado de Carvalho Júnior (2005) “Índios Cristãos”, Melo (2009) em “Fé e Império” assim como Ugarte (2001) em “Filhos de São Francisco no País das Amazonas: Catequese e Colonização na Amazônia do Século XVII” nos ajudam amplamente a compreender processos diferentes da Igreja na colonização. Medeiros (2013) aparece-nos, assim como Maciel (2008) em Igreja de Manaus, para apresentar o contexto da romanização e suas repercussões locais. Utilizamos também do artigo de Menezes (2012) sobre as prefeituras apostólicas, de nome “Prefeituras Apostólicas na Amazônia Brasileira: O Estado e a Igreja na Nacionalização do Território”. Ainda, diretamente sobre a Igreja,

trazemos a “Antologia Espiritana” organizado por Mare (2010) que reúne textos sobre a fundação e atividades desenvolvidas pela Congregação do Espírito Santo.

Como referencial teórico acerca de discutir a importância dos arquivos e como utilizá-los nos baseamos no livro de João Fragoso (2014): “Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa, Séculos XVII e XVIII” onde ele e outros pesquisadores utilizam da abordagem acerca de arquivos paroquiais para analisar as relações sociais do Rio de Janeiro nos referidos séculos. Esta série de autores e obras, cada uma com seu devido valor, portanto, instruem a própria pesquisa, e confecção desse trabalho e o possibilitam de ter sido realizado.

Mas afinal, o motivo de ser realizado esse estudo envolve uma outra questão a ser abordada ainda neste tópico, a qual diz respeito à relevância social e acadêmica para a realização desse trabalho. Afinal, porque estudar a história de uma cidade na periferia de um país periférico? As respostas encontram-se no decorrer da leitura dos textos aqui presentes, mas tentaremos aqui resumi-las.

Há uma relevância social no estudo da temática, pois o material textual mais difundido e nisso tocando no sentido do “senso comum” de Tefé acerca da história e desenvolvimento da cidade, baseia-se em visões altamente políticas, religiosas e memorialistas, que não atentam para a crítica aos conteúdos às ações da Igreja na região.

A localidade, posteriormente discutida nesse estudo, sua centralidade e relevância historiográfica, tangem os limites do alto e médio Solimões, principalmente, fazendo com que, a partir de Tefé se conheça mais sobre os municípios (hoje) vizinhos; além do fator de os povoados onde hoje são localizados estes próprios municípios estarem presentes nos documentos da igreja, nos acervos da igreja em Tefé, evidenciando assim, um processo de dinâmica social.

No contexto acadêmico, pretende-se abordar a questão histórica de Tefé, verticalizando discursos mais amplos sobre colonização, envolvendo, naturalmente, Igreja, Estado, mas também como um dos primeiros planos na perspectiva de análise e região (hoje) Amazônica, a localidade de Tefé, pretende-se também apontar as questões de arquivos paroquiais como uma fonte importante de estudo, cabendo aqui, tal ressalva.

Podemos observar, portanto, que a escolha para a temática dos arquivos eclesiais é oportuna, no sentido da existência dos arquivos da prelazia local e de centralidade da região na referida temporalidade. Oportuna, mas também imprescindível, diante da análise que se faz precisa e da habitual deterioração das fontes em andamento com o intuito de incentivar a produção de outros trabalhos do mesmo sentido.

Quanto à questão dos métodos e sua respectiva organização, podemos dizer que nosso trabalho consiste em duas etapas. A primeira, seria a parte centrada no caráter bibliográfico, que incluiu a pesquisa de autores que discutam a presença e trajetória da Igreja, na América colonial, juntamente com as transformações sociais que ela promove desde sua chegada no século XV.

A presença da Congregação do Espírito Santo, conhecida também por Ordem dos Espiritanos, também é parte importante da pesquisa, principalmente no que concerne ao contexto em que surge e ganha força na Europa até sua chegada ao Brasil e, enfaticamente ao Solimões. Neste contexto também, faz-se necessário a pesquisa sobre padrões políticos e organizacionais, que coincidem com o Concílio do Vaticano I (1869-1870), refletem e se reproduzem no Brasil.

Nossas pesquisas incluíram também, é claro, metodologias que dizem respeito à própria teoria acerca da abordagem e mesmo importância de arquivos eclesiais como fontes históricas, bem como táticas para a abordagem dessas fontes, inclusive métodos de manuseio ao recorrermos à digitalização fotográfica.

A segunda parte do trabalho, em suma, no contato com o documento e seu manuseio, envolveu localizar os livros correspondentes à prelazia, de acordo com seu recorte temporal e característica de assentamento. Esta parte, é claro, incluiu também a organização e categorização destes livros para tornar possível sua digitalização.

As digitalizações fotográficas foram feitas utilizando câmeras para tal, atentando-se sempre aos cuidados de nunca danificar os arquivos originais ao passo de tentar, ao máximo, abstrair todas as informações possíveis de cada página e de cada conteúdo. Desta forma, espera-se ter obtido esta tarefa com êxito.

Quanto às finalidades de nosso estudo, em relação ao que este pretendeu alcançar ao longo de seu desenvolvimento, pode-se dizer que estas incluem aspectos de importância social e acadêmica. Os objetivos são etapas chaves, que irão cunhar todo o desenvolvimento de nosso trabalho e, obviamente, servem como a quilha de um barco que o percorre do início ao fim.

Nesse caso, este estudo objetiva-se a compreender, a partir da trajetória da Igreja o impacto da dinâmica social de Tefé, com ênfase no fim do século XIX e início do XX. Diante do exposto, pretendemos abordar a trajetória da Igreja do contexto colonial do que vem a se tornar a América, Brasil e região amazônica, mais especificamente, entendendo-o como um processo complexo e aumentando a escala de análise a princípio. Pretendemos também situar a presença da Congregação do Espírito Santo desde sua formação e fortalecimento no

Concílio do Vaticano I, e sua conseqüente importância na formação de Tefé. Pretendemos também apresentar Tefé, e seu desenvolvimento no processo histórico onde a colonização fomentada pela igreja, mesmo sob as bases de seu domínio. Além disso, pretende-se expor dados de registros paroquiais que evidenciam à tona a abrangência político administrativa de Tefé, já citada anteriormente como uma grande vastidão ao longo do Solimões e, obviamente, evidenciar e incentivar a potencialidade do uso de livros eclesiais no estudo das histórias de sociedades diante de sua grande margem de informações sobre indivíduos e sociedades.

Este trabalho de conclusão de curso, de modelo monografia, portanto, divide-se em três capítulos sintéticos que dialogam, a partir dos contextos coloniais à república, algumas das ligações dos estados colonizadores e a Igreja. Discutimos também o impacto absolutamente forte em, basicamente, todas as etapas do processo “civilizatório”, aos moldes das potências que os promoveram, na confecção da cidade de Tefé e sua desenvoltura no passar dos anos.

Podemos verificar também que os variados atores político sociais aqui presentes resultam em diferentes contextos e novos modos de sociabilidades, manifestações culturais e construções sociais, ora específicos, ora mais abrangentes do que hoje são os municípios no Amazonas.

Apresentamos também, em cada capítulo, sua breve autodescrição dos textos e espera-se ter, com todo este desenvolvimento de estudo, contribuído para a historiografia acerca de Tefé e no contexto mais amplo da região pela qual percorre esse rio barrento e cheio de histórias por contar que é o Solimões.

1 CAPÍTULO: A IGREJA E A COLONIZAÇÃO DO NOVO MUNDO

Neste primeiro capítulo iremos discutir sobre a trajetória da Igreja principalmente em seu papel durante a colonização que ora apoiou e deu suporte ao Estado, ora foi o principal mecanismo para as consolidações de domínios e deteve certo grau de poder político.

Veremos também que, a colonização apresentava mais sentidos do que simplesmente espoliação e que os efeitos do impacto colonizador foram drásticos, nos sentidos, da morte de milhares de “indígenas”, mas também de promover uma alteração irreversível no “Novo Mundo”, multiplicando a variedade social, cultural, política e religiosa de etnias ao passo que destruía muitas outras.

No que concerne à atual cidade de Tefé, podemos observá-la como parte integrante desse sistema, incluído no avanço missionário e colonizador, tal como os outros territórios do Grão-Pará e Maranhão e depois Brasil.

1.1 Igreja e Estado: Remontagem histórica

Não há como escrever sobre a história do Brasil Colônia sem falarmos da história da Igreja. Desde a metade do século XVI, ainda na expansão marítima, que traz o pioneirismo de Portugal no além-mar, e a expansão, obviamente de outros Estados europeus a cruz era um símbolo constantemente presente e fora frequentemente utilizado nas conquistas de outros povos.

Durante o período da União Ibérica (1580 a 1640), o Tratado de Tordesilhas (1494), outrora constituído não apresentava qualquer validade graças à união das terras coloniais, o que permitiu aos portugueses avanços significativos a oeste da linha de Tordesilhas. (Ugarte, 2001). Vemos aí, portanto, um avanço significativo de portugueses no oeste das colônias.

No que concerne à região do alto, médio e baixo Solimões, Carvalho Junior (2005), faz uma contextualização sobre a época da colonização ainda no século XVI. Afirma que o médio e o baixo rio Solimões deram lugar de moradia a vários povoados por populações que apresentavam comércio e relações intertribais complexas.

No alto Solimões habitavam os Aparia e Aricana, acabando por desaparecer no século seguinte. Em seu lugar, já no século XVII, estabeleceram-se os Omágua, basicamente entre os rios Javari e Jutaí. Em 1639, os relatos produzidos na viagem de Pedro Teixeira destacavam a existência de 400 aldeias desse grupo étnico. No final do mesmo século, por outro lado, o jesuíta Samuel Fritz listava 38 aldeias apenas, atestando também o deslocamento de

outras para as ilhas. Esse deslocamento aconteceu possivelmente devido à necessidade de se defenderem de seus inimigos. (p.142).

Carvalho Junior (2005) fala também dos Aisuare que habitavam, no século XVII, a província de Machiparo a oeste dos Omagua. Estes teriam migrado para o alto do rio devido ao movimento das incursões portuguesas e, ao mesmo tempo, ao enfraquecimento dos Omagua. Parte destes seguiram no início do século XVIII, assim como os Omagua e os Yurimagua, para missões espanholas do oeste subindo o rio. No caso, como veremos a seguir, muitos desses para a missão de Santa Teresa Dávila.

O impacto da chegada dos portugueses na região afetou de forma profunda não somente o panorama da geografia humana na região com deslocamentos e abandono de seus antigos territórios; afetou também de forma significativa o número das primeiras populações. Aliada às mortes causadas pelas guerras, pelo transporte de escravos e pela mudança fundamental no modo de vida, incluindo as tradições alimentares daqueles povos, as epidemias foram sem dúvida nenhuma o grande motor de modificações daquela paisagem humana inicial da Amazônia. Ao contrário do que foi relatado pelos primeiros cronistas que passaram pela região no século XVI, cerca de cento e poucos anos depois, o grande rio Amazonas e seus principais afluentes, antes ricamente povoados, transformaram-se em verdadeiros vazios demográficos. (CARVALHO JUNIOR, 2005, p. 143)

Essa característica foi crucial, não apenas no Solimões ou na área que hoje compete à Amazônia. Uma vez que as doenças penetravam e se ramificavam nos povos do Novo Mundo, as tropas de resgate conseguiam mais e mais escravos. Desta forma, as incursões penetravam cada vez mais o interior dos rios. Assim, as etnias e a geografia dos espaços eram alteradas até as consolidações políticas de lugares, vilas e cidades. (CARVALHO JÚNIOR, 2005).

Mello (2009) em sua enorme garimpagem que consiste no livro “Fé e Império”, fala sobre a importante questão de mudança nos padrões de atuação da Igreja em expandir a fé católica. As cruzadas eram um fenômeno recente, mas dificilmente seriam efetivas na América. A autora também acrescenta que:

Não se observou nenhum grande avanço missionário concomitante às primeiras navegações, isso porque as ideias medievais ainda presentes levariam mais algum tempo para se transformarem e se adequarem aos novos tempos. Só a partir de meados do século XVI é que se observa uma perda de importância na ideia de Cruzada, reassumindo a missão militante, uma

atribuição determinante na evangelização, como já acontecera antes, na antiguidade. (p. 34).

Igreja e Estado. Estes, ora conflitantes, ora aliados, defendem certamente seus próprios interesses, como será dito posteriormente e, na colonização dos povos do “Novo Mundo”, esta característica seria bastante expressiva.

No caso das conquistas portuguesas, temos o interessante e sempre presente caso do padroado, que viria a ser extinto no Brasil apenas em 1890 já no período republicano. Este sistema é, em suma, o melhor exemplo e ícone da ligação Estado/Igreja, utilizado por diversos autores inclusive, uma vez que garantia concessões de ambos os lados, assim como privilégios e direitos (MACIEL 2008).

Este sistema abrangia uma quantia de privilégios, direitos e deveres garantidos pelo Papa à Coroa portuguesa nas colônias da África, Ásia e Brasil desde 1452 onde os Portugueses podiam basicamente nomear bispos, deslocar ordens missionárias, tais quais os jesuítas, os carmelitas, os capuchinhos, os beneditinos no Brasil, e utilizá-las como apoio na colonização. (BOXER, 1978).

Para entendermos o porquê de a Igreja garantir esses direitos, devemos mencionar a dificuldade em se estabelecer aldeamentos nas colônias do “Novo Mundo”, vista como local inóspito e longínquo por muitos missionários. Além disso, os frequentes conflitos internos na Igreja sobre quem deveria administrar os aldeamentos missionários entre o clero regular e o clero secular, no período baseada no Concílio de Trento (1563-1564), fizeram tal relação se tornar viável, uma vez que também cabia à Coroa o papel de financiar os aldeamentos. (CARVALHO JUNIOR, 2005).

Para a Coroa portuguesa, o Padroado era bastante eficiente. Segundo Boxer (1978), os missionários muitas vezes conseguiam, com uma pequena escolta ou sozinhos fazer com que o processo de colonização se tornasse uma tarefa mais eficaz, dispensando gastos bélicos na conversão forçada dos gentios. De fato, as ordens missionárias agiram como mediadores dessa colonização e justificadores do processo. Enquanto que se conseguiam mais fiéis ao catolicismo, também eram formados novos servos do rei de Portugal que precisavam agir tal como a igreja e o rei ordenavam.

A colonização não agia, portanto, apenas num sentido religioso. Ela viria a ser atuante nos aspectos de vida políticos e econômicos e viria a modificar as estruturas sociais, ensinar o português - enfaticamente sob a égide do Diretório Pombalino -, o preparo de ofícios “úteis” e deslocar índios de etnias diferentes para núcleos de aldeamentos.

Segundo Carvalho Junior (2005),

(...) fazia parte do programa de conversão do gentio modificações profundas em seu comportamento como, por exemplo: a modificação de seus atos de nomadismo; o ensino da língua portuguesa; o preparo técnico para trabalhos nos ofícios mecânicos; a mudança na organização espacial de suas antigas tribos, transformando-as em núcleos urbanos; a criação de um regime de trabalho disciplinado e de base agrícola e também a reforma de seus modos de vida social, criando entre eles, a estrutura e os vínculos da família cristã. (p. 90).

Ou seja, ligados por um sentido religioso e colonizador, pretendia-se a formação de servos, e vassalos cristãos, em um projeto de colonização polissêmico que viria a deixar marcas profundas na sociedade resultante.

1.2 Uma colonização cheia de sentidos e interesses

A expansão marítima a partir do século XV que começou circundando a África e em busca principalmente de alguns territórios específicos na Ásia expandira-se cada vez mais e com ela, o desenvolvimento/roubo de tecnologias por navegadores europeus. Colombo, a esse exemplo, utilizava de técnicas ditas “mouras” e, não fossem elas, não teria chegado ao que ficou conhecido como Novo Mundo.

Dessa expansão no Novo Mundo, percebemos vários sentidos econômicos, políticos e, quando a ideia, em essência, de colonização começa a ser aplicada, é inegável fator religioso. Podemos localizar nesse ponto uma união ligada pelo sentido religioso e trabalho forçado. A Igreja, apoiando a colonização com intenção de expandir a fé católica no “novo mundo”, convertendo pagãos e a coroa aderindo novos servos e domínios para crescimento de seu império ultramarino.

O trabalho, seja escravo, seja feito para concessão de uma possível conversão fora utilizado por ordens religiosas, principalmente pela Companhia de Jesus. Sem falar, é claro, na exploração dos colonos leigos. Isso é um componente dos sentidos da colonização: acontece por meio do trabalho, num espaço territorial e com apoio religioso.

O maior exemplo a ser citado, talvez seja da Ordem dos Jesuítas. Constituída desde o Concílio de Trento, essa ordem conseguiu formar grandes relações de poder e influência nas colônias ibéricas, o que, mais tarde, iria preocupar a igreja e ocasionar na sua expulsão no século XVIII. Reconhecidos como rigorosos em seus métodos de conversão e de formação

institucional foram responsáveis pelas construções de diversos aldeamentos e de ter em sua posse grandes propriedades, servos e escravos.

É interessante tocarmos, neste caso, na enfática discussão entre Las Casas e Sepúlveda acerca da humanidade ou não dos índios e sua possível humanidade através da conversão – esta, por meio do batismo e o trabalho. Sintetizando, humanidade ou não dos indígenas ainda estava em pauta. E um fator determinante para a aceitação ou não dela seria a servidão e a aceitação do evangelho cristão.

1.3 Igreja e Estado: Método eficaz na conversão dos “gentios”

Os processos de formação das sociedades do Brasil, assim como as estruturas de cidades, a crença religiosa predominante e mesmo os modelos políticos adotados fazem parte de um Brasil ligado aos modelos europeus de civilização. Apoiados na religião, esses modelos permeiam a vida dos “brasileiros” e deixam marcas profundas na história. A força coercitiva da Igreja serviu para moldar o Brasil que encontramos ainda hoje, simplesmente pelo fato de que sem ela, a própria colonização não seria possível.

A descoberta do Novo Mundo de Colombo em 1492 trouxe, para o novo continente, táticas inegáveis de exploração dos recursos e mão-de-obra indígena, justificados e, muitas vezes, utilizados pelas ordens missionárias representantes do catolicismo. Tais relações estiveram intrinsecamente ligadas entre si, numa relação de Estado e Igreja, agindo juntos no sistema do padroado Português.

CARVALHO JUNIOR (2005) acrescenta falando sobre a conversão dos “gentios”

Neste sentido, fazia parte do programa de conversão do gentio modificações profundas no seu comportamento como, por exemplo: a modificação de seus hábitos de nomadismo; o ensino da língua portuguesa; o preparo técnico para trabalhos nos ofícios mecânicos; a mudança na organização espacial de suas antigas tribos, transformando-as em núcleos urbanos; a criação de um regime de trabalho disciplinado e de base agrícola e também a reforma dos seus modos de vida social, criando, entre eles, a estrutura e os vínculos da família cristã. (REIS APUD CARVALHO JUNIOR, 2005. p. 90).

Como podemos observar, o autor reforça características do que chama de programa de conversão dos gentios, ressaltando mudanças em seu comportamento, tais como a criação de um regime de trabalho disciplinado e reforma dos modos de vida social.

1.4 A Igreja como Instituição de Fronteira

Boxer (1978) utiliza o conceito de “Igreja como instituição de fronteira” que pode vir a dar um entendimento melhor deste processo. Afinal, não é para menos que, os Portugueses, após os avanços que fizeram durante a União Ibérica, colocaram força em defender suas missões, inclusive no médio Solimões onde se encontra Tefé. Neste avanço português, podemos situar também a questão da expulsão dos jesuítas, onde, padres jesuítas espanhóis foram sendo gradativamente expulsos da região e com a construção da Missão de Francisco Xavier de Tabatinga (e próprios conflitos internos na Igreja), os jesuítas espanhóis foram sendo afastados, deixando várias missões para Portugal.

Boxer (1978) fala que a maioria dos colonos, leigos ou missionários acreditavam na força aplicada antes da palavra. Entretanto,

(...) Nem sequer o papel da igreja como construtora de impérios (e sua consolidação) se limitou às missões de fronteira que, importantes e interessantes como eram, podem de certo serem consideradas como fenômenos periféricos. Na ausência de guarnições militares substanciais, em qualquer lugar do mundo, colonial ibérico, antes da segunda metade do século XVIII, era, antes de mais, o clero da igreja católica, que conseguia manter a lealdade da população peninsular, crioula, mestiça e indígena às coroas de Castela e Portugal, respectivamente. (p. 98).

Portanto, percebemos que a cruz prevalecera a espada, nesse sentido. Boxer (1978), ainda explica que,

As Ordenanzas de 1573 proibiam ‘entradas’ armadas ou expedições como as chefiadas por Cortéz, Pizarro, Valdivia, Alvarado e outros conquistadores clássicos. A responsabilidade da pacificação das regiões fronteiriças foi dada, a princípio, aos missionários das ordens religiosas, acompanhadas, sempre que necessário, de pequenas escoltas ou guarnições militares. O seu papel seria puramente defensivo e limitado à proteção dos missionários e dos ameríndios ‘subjugados’. Quando uma região estava totalmente pacificada e os seus habitantes convertidos e de novo instalados em aldeias e comunidades agrícolas, então os missionários entregavam as suas responsabilidades ao clero secular e avançavam para outro lugar de acção no interior. A utilização da palavra ‘conquista’ foi proibida e substituída por ‘descoberta’ ou ‘pacificação’ (p. 93).

A exposição de dados acima também permite concluir que, desde a divisão entre Espanha e Portugal pelo Tratado de Tordesilhas, grande parte do que é hoje a Amazônia (em especial, a parte “tomada” aos espanhóis) tem sua história atrelada às questões de soberania e ocupação da região. Mesmo que distante ou desvinculada de uma presença mais efetiva da

gestão colonial, e depois Imperial, a Colônia foi cenário de políticas que caracterizaram diferentes empreendimentos geopolíticos: primeiro, com a disputa entre Portugal e Espanha; posteriormente, na coesão territorial do Estado Imperial; e, mais tarde, na convergência de interesses da República brasileira. As diferentes políticas e os sucessivos recortes territoriais operaram com um objetivo comum: manter a região sob o domínio territorial do Estado nacional.

1.5 Vazio no século XVIII depois da expulsão dos jeuitas

É interessante notarmos um vazio no século XVIII de ordens missionárias. Acerca desse vazio deixado após a expulsão dos jesuítas por Pombal e das ordens missionárias como um todo, Hauck (2008), assim como Boxer (1978), discorre sobre a ambiguidade em rever tal decisão no Império, em uma prática que seria para manter território.

Nesse contexto, para além de políticas e regulamentos, certas figuras sacramentadas dos católicos são ressaltadas. Por exemplo, a chamada Imaculada Conceição de Maria passa a ser no século XIX a maior protetora e expressão da romanização. (MACIEL, 2008). Esta devoção é citada na Antologia Espiritana: “Com eles formou uma comunidade de vida e de formação, dedicada ao Espírito Santo sob a proteção da Imaculada Conceição, no dia 27 de Maio de 1703” (MARE, 2010, p.11).

Várias ordens foram fortalecidas após a reforma do Concílio do Vaticano I e é exatamente nesse contexto que é fundada a Congregação do Espírito Santo, baseada nos preceitos de Cláudio Francisco Poullart des Places e Francisco Maria P. Libermann.

1.6 As ordens religiosas na região

No que hoje é a região amazônica, a primeira ordem a chegar foi a ordem dos franciscanos, seguidos da Companhia de Jesus, os carmelitas, mercedários, capuchinhos e frades da Conceição da Beira e Minho assistidos pelo padroado e com autoridade para controlar as populações indígenas locais. Quatro Capuchos viriam a se instalar em Belém em 1617 e, assim como os Franciscanos em 1662, agiram efetivamente em favor de Portugal para a defesa da região contra os franceses e deslocou um grande número de indígenas para próximos a Belém. (CARVALHO JUNIOR, 2005, p. 91-92). Ainda conforme o autor

Para fazer frente a essa tarefa, foi concedido às primeiras ordens religiosas que por ali chegaram o governo temporal daquelas populações indígenas sem o qual, reclamavam os missionários, seria extremamente difícil a realização de sua missão. (p. 91)

Trabalhos de educação aos filhos dos colonos começaram a ser realizados pelos mercedários, a serviço do patronato espanhol, mas com permissão de atuarem pela coroa portuguesa. Os Carmelitas também foram efetivos e logo estariam no baixo Solimões, correspondente à região onde hoje fica Manaus e as cidades vizinhas, se responsabilizando por aldeamentos ao redor do Rio Negro. Na região do rio Solimões, era mais forte a presença de jesuítas espanhóis responsáveis por povos, tais quais os cambebas, Jurumágua, tarumá (SIC) e Ibanoma e, após sua expulsão em 1759, o papel de cuidar das missões passou para os Carmelitas. Entre essas missões, localizava-se as de Coary, Envirateau, Mineroá, Paraguari, Turucuatuba, Trucuateau, São Paulo dos Cambebas, São Pedro e Tefé. (CARVALHO JUNIOR, 2005, p. 96).

1.7 Hierarquia na Igreja e questões locais

Quanto à igreja, é essencial destacarmos sua divisão hierárquica no Brasil Colônia. A divisão mais clara ficaria entre o clero regular, tangente à organização mais rígida (no sentido ortodoxo) e alta cúpula da igreja – tal como os bispos e arcebispos até o papa; e o clero secular, os padres de paróquia, que tem mais contato com as populações. Seus papéis foram conflitantes durante a instauração do Regimento das Missões, uma vez que para o clero regular, seria ultrajante esta responsabilidade ficar nas mãos dos padres seculares. A eles, caberia o papel de praticar os sacramentos à população, enquanto os membros do clero regular dirigiam as missas. (HOORNAERT, 2012).

Para que fosse possível administrar aquela imensidão verde, inóspita e inundada pelo universo aquático era imprescindível uma adaptação do modelo administrativo Imperial já utilizado em outras terras do além-mar. No entanto, a adaptação era um processo longo e difícil. A distância da metrópole e o pouco número de europeus e funcionários da coroa tornavam o trabalho de controle mais complicado. Apesar disso, a igreja avançava como instituição. (CARVALHO JUNIOR, 2005, p. 73).

No final do período colonial o Brasil comportaria sete dioceses (organizações clericais alto-suficientes que não tinham necessidade de responder a Roma), são elas a diocese em Salvador (1551-1556) e as de Pernambuco, Rio de Janeiro e a de São Luís do Maranhão (sob

tutela direta de Lisboa) todas criadas em 1677, e as do início do século XVIII que eram a de São Paulo (1745), de Mariana (1745) e a do Pará (que também respondia diretamente a Lisboa) em 1719. (HOORNAERT, 2012).

1.8 As fases da vida na Igreja: Os Sacramentos

Há uma característica crucial do impacto da igreja na vida social. Os sacramentos da Igreja que viriam a acompanhar toda a vida dos cristãos a partir de sua imersão na “aceitação de cristo” até a morte e remissão dos pecados. Este primeiro, em particular, foi deveras importante para o estabelecimento de índios como cristãos.

Hauck (2008) descreve acerca da introdução desse catolicismo imposto aos indígenas, a exemplo do batismo, como uma repressão que influenciava na própria sobrevivência do indígena

Ou eles se identificavam com os que lhes tomavam as terras, tornando-se brasileiros cristãos, ou seriam eliminados de acordo com a nova política indigenista. A aceitação do batismo era para eles uma questão de sobrevivência (p.18).

Mesmo refletindo sobre essa afirmativa, é impossível imaginar com precisão o quão difícil se tornavam os dilemas dos povos indígenas. Abrir mão de suas próprias crenças para aceitação à força de uma estrangeira para continuar vivendo e, ainda assim, ter suas terras tomadas por criaturas tão vis.

Aqui, nosso foco, não é essa reflexão, é claro, mas ela nos permite ter um mero vislumbre ou mesmo noção dos precedentes e contextos que sucediam em conversões dos indígenas mesmo que haja casos e casos, inclusive os próprios movimentos indígenas messiânicos que mesclavam crenças locais e cristãs.

Dentro dos sacramentos, impostos portanto, à população pela igreja (Batismos, Confissões, Casamentos, Extrema Unção e outros), que eram obrigatórios na sociedade colonial e, durante bom tempo do Brasil Império e do Brasil República, podemos perceber esse processo. Neles, a Igreja obtém o registro das pessoas: seus nomes, padrinhos, cônjuges, padres, filhos e outras informações que são capazes de dizer muito sobre a sociedade local.

Nas pesquisas de Fragoso (2014) no Rio de Janeiro em que estuda arquivos paroquiais e as relações contidas em seus registros, é bem evidente as relações de apadrinhamento almejando benefícios no batismo. Era estratégia, por exemplo, os pais de escravos escolherem forros assim como libertos escolherem proprietários de terra e comerciantes.

Há ainda um outro sentido, que não apenas o viés social, mas do religioso tomando conta do social. Casamento e testamento, por exemplo, são comumente feitos em cartórios hoje, mas começaram a ser dissociados da Igreja na época do enfraquecimento do fim do século XIX. Tudo que ocorria então, desde os pecados confessados ou nascimento, a adolescência, ordenamento ou morte, as etapas comuns da vida do cidadão passavam primordialmente pela igreja. Era ela o meio para o início e a salvação no final nas vidas dos cristãos.

1.9 As Sociedades resultantes

É claro, que não se pode precisar o que este eufemístico “contato de civilizações” viria a produzir. Nenhuma sociedade, aliás, pode ser reduzida a um texto escrito de monografia, ou mesmo tese de doutorado. Cada uma traz em si suas particularidades, normalidades e exceções em diferentes graus de coletividade ou individualidade.

Carvalho Junior (2005) faz uma interessante reflexão acerca dos indígenas nessa convivência pós-colonização defendendo que tais contatos formavam uma coisa nova, um universo de “novas identidades étnicas” podendo estar entre os mais integrados ao modelo de convivência colonial, até os mais afastados ou “intratáveis” que formavam grupos étnicos novos em um novo contexto.

Aponta também desconstruindo a ideia de uma “resistência cultural” ante a questão de sobrevivência que se situavam os índios.

Resistir não deve ser sinônimo de manutenção de padrões de comportamento e de crenças essencializados. Creio ser muito mais correto referir-se a modelos culturais autônomos moldados na fornalha do encontro entre universos simbólicos distintos, entre modos de vida estranhos. Por outro lado, para essas populações indígenas, manter certos padrões de comportamento que davam sentido as suas vidas era antes uma necessidade visceral do que propriamente uma resistência política. De certa forma, a comunicação simbólica entre as diversas cosmologias que se integravam ao sabor das circunstâncias históricas e dos padrões de comportamento e civilização embutidos no processo de evangelização europeu tornou-se prática necessária à sobrevivência desses grupos, antes de significarem a sua fatal destruição. (...) Neste sentido e acompanhando o ponto de vista anterior, serresistir pressupõe manter uma identidade étnica essencial e monolítica, certamente não é o termo correto para se referir a este movimento. (CARVALHO JUNIOR, 2005 p. 145-146).

Hauck (2008), assim como Fragoso (2014), destacam outro fator bem peculiar no Brasil do século XIX, que seria desta sociedade ser extremamente católica. Ainda na

República brasileira, o “ser cristão” já fora pré-requisito de presidência, os exércitos tem suas capelas e a moral, dos “cidadãos de bem” que se espalham pela política ainda traz a figura do nacionalista cristão e honesto.

Não é para menos. É um tempo muito curto para se alterar ideologias e mentalidades de forma tão radical. A sociedade que sobrou é carregada de crenças de ramificações cristãs, africanas, e indígenas, obviamente. A questão é que, mesmo o sentido cruzadista tendo chegado ao seu fim no que Mello (2009) chama de missão moderna todas as crenças que não fossem a católica na época da colonização eram desconsideradas, dadas como heresia ou, mais comumente, demonizadas.

Não há como não pensarmos, é claro, no quadro atual. A maior diferença, talvez, seja que o católico mudou para o cristão em geral. Seja qual for sua ramificação. O preconceito religioso ainda é gritante e deve ser duramente criticado e combatido. Mas agora vamos voltar a nosso assunto no capítulo dois.

2 CAPÍTULO: AS TRANSFORMAÇÕES DA IGREJA NO CONTEXTO DE ROMANIZAÇÃO: FIM DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX

Neste segundo capítulo, discorreremos sobre a transformação na Igreja a partir do Concílio do Vaticano I no século XIX e os acontecimentos que precederam e levaram a essa reformulação que, apesar de não ser a primeira, nem última, aparece com um caráter bem enfático em nosso objeto de pesquisa e explica muito do contexto em que fora cunhada a Congregação do Espírito Santo. Vemos também essa romanização chegando à região de Tefé por meio da Ordem dos Espiritanos e as alterações que sucedem a partir disto.

2.1 As Novas e Imparáveis Revoluções

Ao observarmos o século XIX, em uma perspectiva temporal, social, política ou religiosa, podemos perceber que tal período seria o começo de uma série de ritmos completamente diferentes dos períodos anteriores. É o tempo de explosão de revoluções; e em uma aceleração que só irá crescer nos próximos dois séculos.

A partir da Revolução Francesa começam séries de outras revoltas que trazem ideais de igualdade e/ou liberdade e/ou fraternidade. O ano de 1789 mostrou ser possível a queda de uma monarquia inteira através da luta social. E, para além dessa quebra com o Estado, houve rompimento também com a instituição que o apoiava. A Igreja fora contestada. E isso não era lá uma coisa que se via todos os dias. Os primeiros dias da revolução mostraram um “é possível” em todos os lugares que chegara a notícia.

O modelo absolutista fora abalado. E na América Colonial, os chamados “ecos da revolução” repercutiam e ficavam cada vez mais fortes, crescendo gradativamente. Insurreições e revoltas eclodiam dia após dia, diante dos enormes quadros de exploração neste espaço situados. O medo dos colonos leigos cresce. E uma coisa de similar aparece também nos colonos religiosos: o medo da perda de domínio.

Mas, como dito anteriormente, as revoluções não pararam por aí. Indústrias surgindo e explosões de movimentos sociais na Europa, sobretudo com a publicação do Manifesto Comunista em 1848. O evolucionismo de Darwin rebatendo o criacionismo e a psicanálise de Freud, todo esse conjunto era demais para a Igreja.

Foi neste período que se formaram os Estado-nacionais, desenvolveu-se o cientificismo, consolidou-se o liberalismo e foi elaborado o socialismo científico, por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895). Nas

ciências humanas é marcante o desenvolvimento do positivismo de Auguste Comte (1798-1857) e a publicação do célebre trabalho “Origem das espécies” do inglês Charles Darwin (1809-1882). Todas estas mudanças levaram a considerar o catolicismo uma religião arcaica, anticientífica e por alguns teóricos, alienante. (MEDEIROS, 2013, p.4).

Por último e, não menos importante, há a elevação de poder da classe burguesa que almejava, sobretudo, o liberalismo. Este liberalismo exaltado viria a sobrepor dois organismos nessa sociedade: O estado monárquico que interferia em sua política econômica e a Igreja, a qual estava intimamente ligada.

2.2 Enfraquecimento da Igreja

Um desses acontecimentos foi o abalo na Igreja Católica gerado pela secularização de serviços que passaram a ser exercidos pelo Estado e não mais com presença ou obrigatoriedade da Igreja.

Essa desvinculação cada vez mais acentuada entre Estado e Igreja na Europa era cada vez mais acentuada e expandida. O liberalismo crescia e, conseqüentemente, a classe burguesa tomava conta da política, economia e sociedade. Ao término do século XVIII, a Igreja já não seria, para muitos, sinônimo de verdade. Como diria Elisângela Maciel “A fé passou a ter um caráter individual e voluntário” (2008, p.32).

Ainda sobre Maciel (2008), esta historiadora desenvolve um brilhante trabalho explicando sobre os efeitos da romanização em Manaus. E, de acordo com sua discussão, é no século XIX que a igreja se posiciona, dando uma resposta efetiva a todas as transformações que a modernidade vinha trazendo.

Medeiros (2013) aborda também esse processo em seu artigo, intitulado “Concílio Vaticano I (1869 – 1870): Centralização do Catolicismo”, onde aponta para uma necessidade de reformulação da Igreja Católica como uma questão inerente à sua própria continuidade.

Hauck (2008) ao discutir essa relação no Brasil, afirma que a Igreja, para além desses domínios supracitados, estaria perdendo também sua identidade:

É difícil ter a consciência clara e definida num contexto de perda de identidade, e esta era a situação da religião no Brasil no início d século XIX. O padroado esvaziava de tal forma a função episcopal que os bispos não chegavam a constituir um centro de unidade. O papel exercido antes pelos jesuítas, cuja rede de colégios cobria os pontos mais importantes do litoral, não foi assumido por ninguém. O episcopado continuava pouco numeroso, não acompanhando o aumento da população, e sua influencia não era

significativa: a maior parte das funções episcopais era exercida pela instituição leiga do padroado; bispos e sacerdotes encarregados de paróquias eram nomeados e mantidos pelo rei. (p. 13)

Percebemos, pois, nesse contexto, uma dificuldade reconhecida pela própria Igreja de manter os serviços de assistência e, salvos os eufemismos, disseminação de fé católica. A dificuldade de expandi-los levava à parte leiga e secularizante controlar e difundir o processo religioso.

O ortodoxo adquire menos influência e, em alguns casos de aplicação, menos relevância. As ordens religiosas ao controle das coroas manifestam-se de forma diferente, respondendo ou não mediante aos padrões romanos e temos assim uma variedade complexa de pensamentos e normativas interagindo.

2.3 Imensa variedade de manifestações católicas

Podemos perceber, pois, que tais efeitos, promoviam uma característica de definhamento na aplicação clerical. Onde a parte leiga prevalecia e dava margem para a organização e cumprimento de normas ao seu bel prazer.

Por mais que, socialmente e culturalmente falando, isso seja bem interessante hoje, e demonstre uma riqueza excepcional de variedade de costumes e crenças à Igreja romana isso foi considerado um desastre. Um verdadeiro “perigo” que assolava a instituição.

O Concílio do Vaticano I, convocado pelo papa Pio IX em 29 de junho de 1868 teve como foco, principalmente o fortalecimento da autoridade pontifícia e reafirmação desses “perigos” que assolavam a Igreja. Obviamente, os interesses desse concílio se situam para além de questões espirituais e religiosas, carregando em si todo um sentido político administrativo na ênfase da Igreja romana (MEDEIROS, 2013).

A Igreja tentara, pois, reformular-se. De acordo com Maciel (2008), a Instituição promovera reformas desde seu rompimento com o oriente no século XI. E essa não seria a primeira tentativa ou sua última. Ao longo de sua enorme trajetória, ela foi obrigada a se reinventar para poder simplesmente continuar existindo. Previamente, ocorrera, por exemplo, o concílio de Trento, apesar de, segundo Hauck (2008), este não ter tido tanto impacto prático no Brasil (p.78), entretanto, o Concílio do Vaticano I fora mais intenso e efetivo em sua investida.

Carvalho Júnior (2005) nos traz também uma interessante discussão acerca de uma conquista espiritual na Amazônia, evidenciando o fator de uma imensa variedade de manifestações religiosas. Citando Reis, ele apresenta:

Da mesma forma que no Rio Negro, os Carmelitas também foram usados pelos portugueses para fazerem frente à influência dos jesuítas espanhóis na região do rio Solimões, em 1695. Vários grupos indígenas habitavam aquela região e tinham por “guias espirituais” os missionários espanhóis, eram eles: os Cambeba, Jurimagua, Tarumá e Ibanoma. Tendo sido tomada novamente a posse daquela região pelos portugueses, como em 1639 Pedro Teixeira já havia feito, - o capitão-general Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho entregou-a aos Carmelitas para realizarem nela a sua missão. Os jesuítas espanhóis resistiram e, somente em 1710, de lá foram expulsos. A partir daquele momento, coube aos Carmelitas a administração daquelas missões, algumas das quais se destacavam: Coary, Tefé, Mineroá, Paraguari, Tracuateau, Envirateau, Turucuatuba, São Paulo dos Cambebas e São Pedro. (p. 96).

Há de se considerar que, muito fortemente na América Latina e, principalmente na parte que concerne à Amazônia, havia uma grande diferença na abordagem religiosa católica. Cultos, normas e pensamentos, ligados a ordens religiosas, lugares e povos diferentes manifestavam-se de maneiras igualmente diferentes. Pode-se dizer que os padrões que emanavam de Roma atingiam as fronteiras da América e se modificavam.

2.4 Surgimento da Congregação do Espírito Santo

A congregação do Espírito Santo foi fundada por Cláudio des Places em 1703 e, segundo os relatos presentes em sua “Antologia”, acolhe a vários sacerdotes do mundo inteiro com o sentido de levar a todos as mensagens bíblicas e cristãs (MARE, 2010).

Esta ordem chegaria à boca das missões em 1897 e foi responsável por acompanhar desde então os passos políticos de Tefé. No Brasil, sua chegada foi em 1885. Tempo em que foram diretamente para Belém para assumir a direção do Seminário Menor da Diocese a pedido do bispo local, D. Antônio Macedo Costa. (MARE, 2010).

Cláudio Poullart des Places é o grande exemplo iconográfico e religioso da fundação da ordem dos espiritanos. Segundo a Antologia Espiritana, que reúne trechos dos fundadores e outras informações, diz-se que Cláudio des Places era estudante de direito e membro de uma importante família burguesa bretã. Mesmo sendo um dos melhores alunos, após um retiro de sua igreja, decidiu dedicar-se inteiramente à sua fé. (MARE, 2010. p.11)

A Antologia Espiritana nos conta de Cláudio como uma pessoa extremamente devota e caridosa em todas as fases de sua vida. Ele viria a montar, ainda criança, um grupo de amigos que se destinavam a ajudar os mais pobres. Em 1703 funda a comunidade do Espírito Santo. Esta, tinha compromisso em acolher sacerdotes dos diversos lugares do mundo, bem como enviá-los para prestar serviços religiosos.

Des Places vem a falecer em 1709, deixando grande legado para sua congregação e à Igreja Católica, vindo a ser beatificado mais tarde, inclusive, em 2008 por validação do vaticano.

Francisco Libermann (1802-1852) foi, originalmente de família judia. Se converteu ao cristianismo bastante tempo depois e logo que o conheceu, desejara ser padre. E, diferentemente de Cláudio, adotou a causa de difundir o cristianismo às populações negras para seu trabalho.

Enviado a Rennes como animador do noviciado dos eudistas, sentiu aí o apelo a entrar na Obra dos Negros, projetada por Frederico Le Vavas seur e Eugénio Tisserant para a evangelização dos negros de Bourbon (Reunião) e do Haiti. Passou um ano completo em Roma para ter a autorização de fundar esta nova comunidade missionária, a Congregação do Sagrado Coração de Maria. (MARE, 2010. p. 12)

Em 1848 esta congregação seria integrada à Congregação do Espírito Santo, o que fazia de Lebermann o 11º superior geral da congregação e, a partir de então, esta ficaria sob a tutela do Sagrado Coração de Maria.

2.5 A Ordem dos Espiritanos à caminho de Tefé

De acordo com Pessoa (1997), a decisão da Congregação ir para Tefé foi rápida e ao acaso. Pe. Xavier Libermann, durante uma viagem de navio, encontrou-se ocasionalmente com o primeiro Bispo de Manaus, D. José Lourenço da Costa Aguiar, ocasião em que este manifestou interesse em leva-los à Manaus. O P. Xavier chegando a Paris, endereçou o pedido à direção da Congregação, fazendo a defesa do envio dos Espiritanos aos “índios da Amazônia”.

Foi então que em 13 de Abril de 1897, em Lisboa, embarcaram os primeiros missionários que chegam a Manaus em 23 de Maio do mesmo ano, cujo primeiro grupo foi constituído pelo próprio Pe. Xavier Libermann, e outros que continuam viagem e chegam a Tefé a 10 de Junho de 1897. De Manaus para Tefé, seguiu junto o Vigário de Tefé na ocasião,

Cónego Norberto Depuy, que havia sido também um grande incentivador da vinda dos Espiritanos (PESSOA, 1997).

O Governo oferece um terreno, na Boca do Rio Tefé, para que os novos Padres comecem a desenvolver seus trabalhos. Os Espiritanos se instalam a “Escola Agrícola e Industrial de Bocca de Tefé”. A obra da Missão foi fundada a 27 de Julho de 1897.

CAPÍTULO 3: TEFÉ E OS ARQUIVOS ECLESIAÍSTICOS

Neste terceiro e último capítulo vemos o contexto de Tefé, seus desmembramentos para constituição de municípios vizinhos, a constituição de sua prefeitura apostólica, tangendo principalmente os séculos XIX e início do XX dialogando com autores locais e estrangeiros.

Apresentamos também os resultados da pesquisa, o que inclui os livros encontrados e a devida discussão sobre a importância dessas fontes, evidenciando assim sua potencialidade na pesquisa histórica.

3.1 A região de Tefé

Anísio Jobim (1937), viajante, que escrevia uma série de relatos sobre vilas, lugares e cidades que visitara, discute amplamente sobre sua visão e impressão acerca de Tefé. Ele explica que

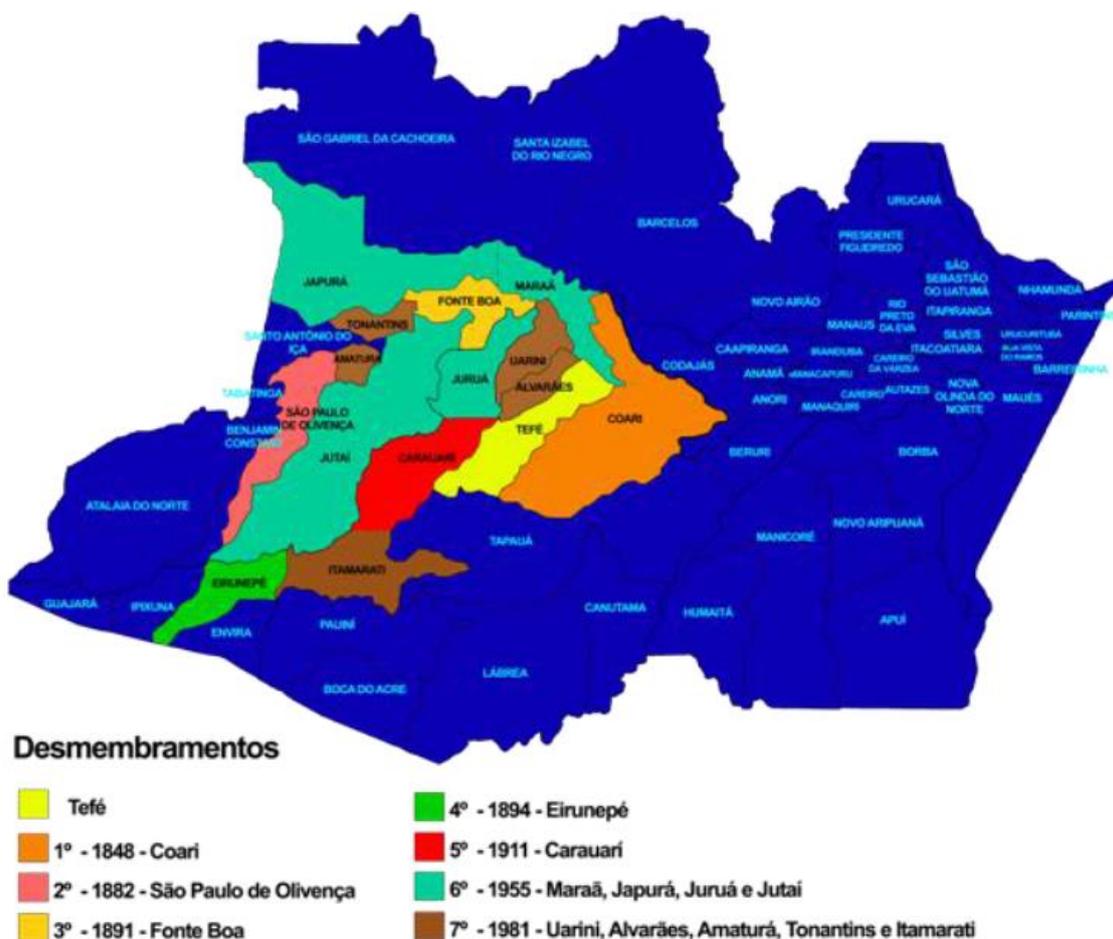
Teffé (SIC) foi primitivamente uma das seis missões instituídas pelo jesuíta Samuel Fritz, a qual em 1709 se compreendeu na furiosa devastação exercitada pelo padre João Batista Sana. O missionário carmelita, Frei André da Costa, que tinha então uma missão na ilha dos veados, trasladou-a para a tapera da aldêa de Teffé, tendo por orago Santa Teresa, reunindo as relíquias dispersas das missões destruídas e que foram fundadas pouco antes de 1689. (p.12).

Refletindo sobre uma série de discussões sobre a região, acrescenta sobre a dimensão ocupada por Tefé. Segundo ele “Na divisão política territorial do Estado do Amazonas o Município de Teffé ocupa o maior lugar, ou é o município de extensão mais considerável. Mede 148.890 kls. Quadrados (...)” (1937, p. 5).

O que nos leva a perceber que a área pertencente a Tefé, no século XIX era bem maior em comparação aos limites atuais. Tefé, nessa época constituía de uma extensão desde Coari à Tabatinga, sendo alguns dos povoados: “(...) São Francisco Xavier de Tabatinga, São Paulo dos Cambebas, Nossa Senhora de Guadalupe, Meneruá, Suassutuba, São Francisco dos Omáguas, Tefé dos Axiuaris, Coari e outros” (PESSOA, 1997).

Queiroz (2015) apresenta um mapa, de elaboração própria, evidenciando essa divisões e desmembramentos que cabe aqui citar:

Mapa 1 Área Pertencente à Tefé e Desmembramentos



Fonte: QUEIROZ, Kristian Oliveira de. Centralidade periférica e integração relativizada – uma leitura de Tefé no Amazonas. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. (p. 70).

sobre o desenvolvimento político da cidade que evidencia esse fato. Nele, podemos constatar os desmembramentos presentes para criação do que hoje são municípios vizinhos.

“Núcleo Tefé

1759 - elevado à categoria de vila, com a denominação de Ega.

1833 - pelo Código de Processo, reanexa o município de São Paulo de Olivença e torna-se sede da comarca do Alto Amazonas. Volta a ser denominado Tefé.

1843 - pela Lei Provincial n.º 86, torna à denominação de Ega.

1853 - sede da comarca do Solimões, criada em 7 de agosto pela Lei n.º 26.

1855 - pela Resolução Provincial n.º 44, é elevado à categoria de cidade, novamente com o nome de Tefé.

1874 - cede território para a criação do município de Coari.

1891 - cede território para a criação do município de Fonte Boa.

1892 - cede território para o município de Eirunepé.

1910 (23 de maio) - criada a Prefeitura Apostólica de Tefé, instalando-se na cidade a Congregação do Espírito Santo e sendo Monsenhor Miguel Alfredo Barat o seu primeiro Prefeito Apostólico.

1911 - cede território para a criação do município de Carauari.

1955 - cede território para a criação dos municípios de Maraã, Japurá e Juruá”.

3.2 A formação da Missão de Santa Teresa Dávila

Frei André da Costa, viria a levar alguns dos remanescentes brancos e índios dos conflitos entre portugueses e espanhóis para a missão de Santa Teresa D'ávila fundada por Samuel Fritz na foz do Rio Tapi. Como o lugar era constantemente ameaçado de invasões, piratas e ataques de tropas de resgate, teria procurado outro lugar, subindo o rio, na margem oriental, encontrou um ponto estratégico em caso de perigo de ataque e se juntou aos Tupebas que ali se encontravam. Fato que mudou o nome da missão para Missão de Santa Teresa D'ávila dos Tupebas em 1718 que viria a abranger outros remanescentes Miranhas, Jurís, Uainamas, Catuquinas, Passés, Xanás, Canamaris, Muras dentre outros ao redor fugidos das perseguições. (PESSOA, 1997).

Em 1757 seria extinguido o Regimento das Missões dando lugar ao Diretório dos Índios. Este diretório estimulava casamentos de brancos com índios, pretendia padronizar nomes, moradias, línguas, roupas e, dentre outras características e elevava qualquer povoado com mais de 150 habitantes à categoria de vila reduzindo o papel administrativo da igreja. Nesse mesmo ano, a Missão de Santa Teresa D'Ávila se tornaria uma paróquia (PESSOA, 1997).

Tefé viria a ter seu nome alterado mais três vezes: ao ser sede da comarca do alto Amazonas (com o nome de Tefé); com a lei provincial nº 86 (colocando seu nome novamente de Ega); e pela resolução provincial nº 44 que viria a elevar sua condição a cidade (Mudando o nome para definitivamente Tefé) em 1855. Nessa época, a cidade constituía um território do Coari até Tabatinga, uma porção considerável do estado. (MENEZES, 2012).

A data de 1855 corresponde também à chegada de outra ordem missionária. A Congregação do Espírito Santo (os espiritanos) surgida no advento do Concílio do Vaticano Primeiro, viria a chegar no Pará e partir para Manaus em 1897. No mesmo ano, se instalariam na Missão de Santa Teresa D'Ávila dos Tupebas na “Boca de Tefé” e fariam inspeções para projetos de missões no Rio Branco.

3.3 As Prefeituras Apostólicas

Mais tarde, em 23 de Maio de 1910, o sistema de prefeituras apostólicas seria decretado pelo Papa Pio X, que faria com que a sede responsável pelos rios Japurá, Tarauacá (no Acre) Juruá e baixo Juruá fosse Tefé. No início do século XX, ocorre um fenômeno onde a igreja assume um poder político bastante relevante na região do Solimões.

Especialmente na Amazônia sul-americana coube à Igreja a função de constituir-se no braço do Estado nacional responsável pela conquista da soberania, através do exercício da catequese, da promoção da educação, da organização do trabalho, e por consequência da nacionalização da população (...) As prefeituras Apostólicas estavam, portanto, responsáveis por exercer sobre as paróquias, territórios que corresponderiam mais tarde em municípios; a gestão e o controle do território, podendo, portanto, ser apreendidos às Prefeituras Apostólicas, e quanto uma forma de divisão territorial do trabalho missionário, organizado sobre uma estrutura de diferentes escalas de gestão territorial que compreendiam prefeituras apostólicas, prelazias, dioceses, abadias, etc. Assim, alojaram-se em Tefé, os Espiritanos, no Alto Solimões os Capuchinhos e, no Alto Rio Negro, os Salesianos. Tais ordens foram responsáveis pela montagem de infraestrutura operacional preferencialmente localizadas em pequenas aglomerações que funcionavam como núcleos de povoamento e que se tornaram posteriormente sedes municipais e atualmente constituem zonas urbanas (MENEZES APUD QUEIROZ, 2015, p. 74-75).

A Prefeitura Apostólica de Tefé fora autorizada pela Bula “Cum ex nimia Dioecesis Amazonum” do Papa Pio X, desmembrada da então Diocese de Amazonas (hoje Arquidiocese de Manaus). Monsenhor Alfredo Miguel Barrat é nomeado Prefeito Apostólico e no dia 06 de Outubro de 1910, chega a Tefé, exercendo longo mandato e vindo a ser substituído apenas por P. Joaquim de Lange já em 1946; missionário holandês, que viria a fazer várias obras físicas e mudanças estruturais na cidade.

Respeitadas as peculiaridades de cada núcleo e de sua respectiva região de influência, até um determinado momento o processo de urbanização foi marcado pela ação do Estado e seu aparelho administrativo, pela organização judiciária que, muitas vezes, se sobrepôs às intendências e prefeituras, e pelo incremento de tentativas de escolarização e profissionalização. Neste processo, as missões religiosas tiveram papel fundamental: para além da catequese indígena, foram se estabelecendo nos núcleos e sedes municipais com um projeto pedagógico e de formação de força de trabalho. (MENEZES, 2012, p.7).

Como ressalta Menezes (2013) as prefeituras apostólicas a partir de sua atuação que ia para além da catequese, estabeleceram na sede dos municípios projetos de formação na tentativa de escolarização e profissionalização de indivíduos, contribuindo também para a urbanização e mudanças estruturais nas cidades.

3.4 Arquivos paroquiais na cidade de Tefé

Localizados os arquivos paroquiais na secretaria da Catedral de Santa Teresa e, obviamente, sob autorização do pároco geral, foi iniciado o processo de identificação dos livros, dentro do devido recorte temporal, e a sua organização, de modo a prepara-los para o processo de digitalização fotográfica.

Seguindo, portanto, essas especificações, encontramos 38 livros eclesiais, na secretaria, apresentando datas e localidades alternadas, de vilas a margem de rios, sendo 34 de batismo e quatro livros de casamentos. Esta relação aparece conforme a tabela 1.

Tabela 1: Livros eclesiais encontrados e digitalizados na secretaria da Catedral de Santa Teresa.		
TIPO DE LIVRO	DATA	LOCAL
Casamento	1887	Rio Solimões
Batismo	1895	Paróquia de Santa Teresa-Tefé
Batismo	1944	Solimões e Japurá
Batismo	1887-1888	Paróquia de Santa Teresa-Tefé
Batismo	1890-1894	Paróquia de Santa Teresa-Tefé
Batismo	1890-1895	Rio Solimões
Batismo	1891-1892	Paróquia de Santa Teresa-Juruá
Batismo	1894-1904	Paróquia de Santa Teresa-Tefé
Batismo	1894-1904	Tefé e Interior
Batismo	1896-1897	Paróquia de Santa Teresa-Tefé
Batismo	1897-1903	Interior de Tefé, Juruá e Solimões
Batismo	1900-1905	Paróquia de Santa Teresa-Tefé
Batismo	1904-1907	Paróquia de Santa Teresa-Tefé
Batismo	1904-1910	Juruá e Solimões
Casamento	1910-1911	Paróquia de Santa Teresa-Tefé
Batismo	1911-1912	Tefé, Caiçara
Casamento	1911-1920	Missão e Caiçara
Casamento	1911-1920	Caiçara, Uarini e Missão
Batismo	1916-1918	Caiçara e Missão e Uarini
Batismo	1918-1921	Caiçara
Batismo	1918-1927	Foz do Jutai
Batismo	1921-1923	Missão
Batismo	1921-1923	Caiçara
Batismo	1923-1924	Paróquia de Santa Teresa-Tefé
Batismo	1923-1925	Caiçara, Nogueira
Batismo	1925-1926	Paróquia de Santa Teresa-Tefé
Batismo	1925-1926	Solimões e Japurá
Batismo	1926-1928	Juruá, Baixo Solimões e Jenipauá-Catuá
Batismo	1926-1928	Caiçara
Batismo	1926-1930	Médio Solimões
Batismo	1927-1941	Tefé e Caiçara

Batismo	1928-1929/1930-1931	Japurá, Uarini e Baixo Solimões
Batismo	1928-1934	Caiçara
Batismo	1931-1933	Caiçara, Jutai e Japurá
Batismo	1934-1936	Solimões
Batismo	1934-1937	Tefé e Caiçara
Batismo	1938-1941	Fonte Boa, Solimões e Alvarães
Batismo	1938-1941	Solimões

Fonte: Acervo da Catedral de Santa Teresa. Acervo da Secretaria. Seção de documentação. Elaborado pelo autor.

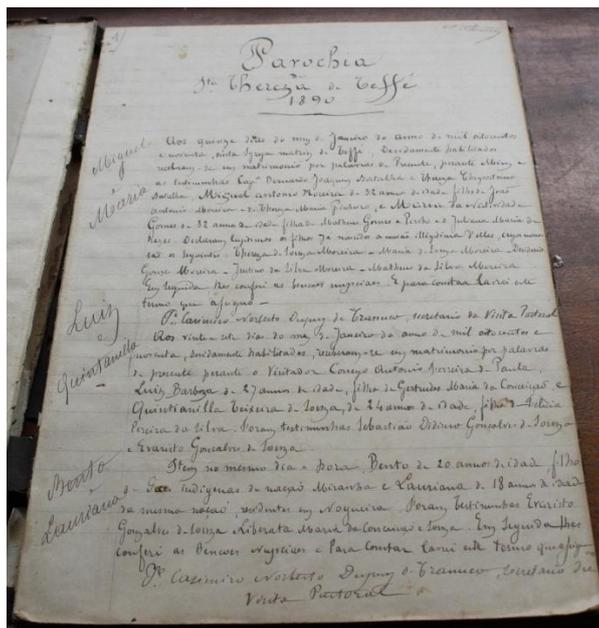
Detectamos assim 12 livros envolvendo integrantes de Caiçara, um de Alvarães, dois de Uarini, um de Fonte Boa e outros de vilas e lugares que evidenciam a influência e trabalho missionário nestes locais ainda antes de seus desmembramentos. Encontramos também quatro assentamentos sobre a Missão de Santa Teresa, pela data, já depois da criação e fixação da Prefeitura Apostólica em Tefé.

Não encontramos de Coari, obviamente, pois seu desmembramento ocorrera ainda em meados do XIX – 1848. De São Paulo de Olivença, infelizmente, assim como Eirunepé, Caruarí, Maraã, Amaturá, Tonantins e Itamaratí não foram encontrados sequer um único livro eclesial.

Há ainda 11 registros de assentamentos identificados com médio, baixo ou simplesmente “Solimões”, ou mesmo com os nomes de Juruá ou Japurá. Esta característica, observada e identificada pelos nomes dos próprios rios evidenciam as rotinas de batismos, casamentos e outras cerimônias registradas pelos padres, no cruzamento de rios e povoados, realizando missas e exercendo os sacramentos da igreja na vida dos cristãos locais. Tomando, portanto, nota de registro. Este processo pode ser verificado também em Pessoa (1997), onde afirma (sobre os espiritanos) que “O que tinha sido concedido à Congregação era fundar uma missão para evangelizar os índios do Japurá, Juruá e Rio Solimões, no trecho até a foz do Juruá” (p. 13) e assim o faziam, registrando tais acontecimentos nos livros que foram digitalizados.

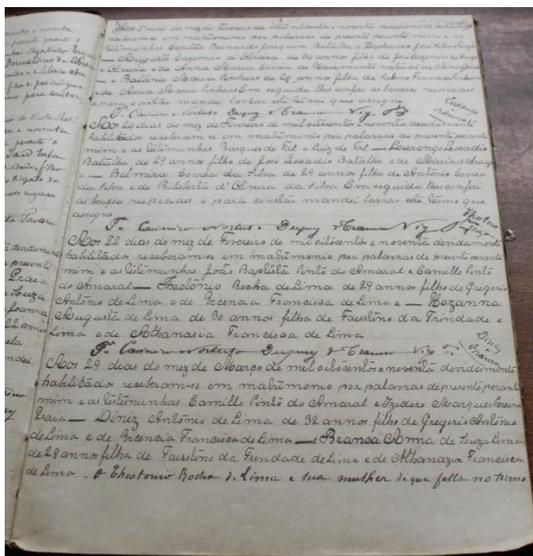
Estes livros eclesiais encontram-se em diferentes estágios de conservação ou mesmo deterioração, infelizmente, em alguns casos. Uns em melhor estado, outros não, o que demonstra a necessidade do processo de digitalização e melhor conservação. O leitor pode presenciar aqui um exemplo de um livro de batismo que fora digitalizado com capa e conteúdo nas figuras 1, 2 e 3.

Figura 5: Registros internos de livro de casamento (dados dos noivos) datado de 1890 a 1895.



Fonte: Acervo da Catedral de Santa Teresa. Acervo da Secretaria. Seção de documentação. Elaborado pelo autor.

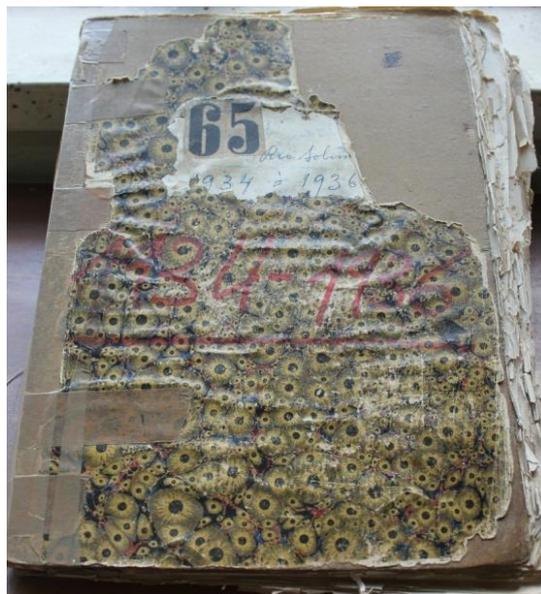
Figura 6: Registros internos de livro de casamento (dados dos demais partícipes da cerimonia) datado de 1890 a 1895.



Fonte: Acervo da Catedral de Santa Teresa. Acervo da Secretaria. Seção de documentação. Elaborado pelo autor.

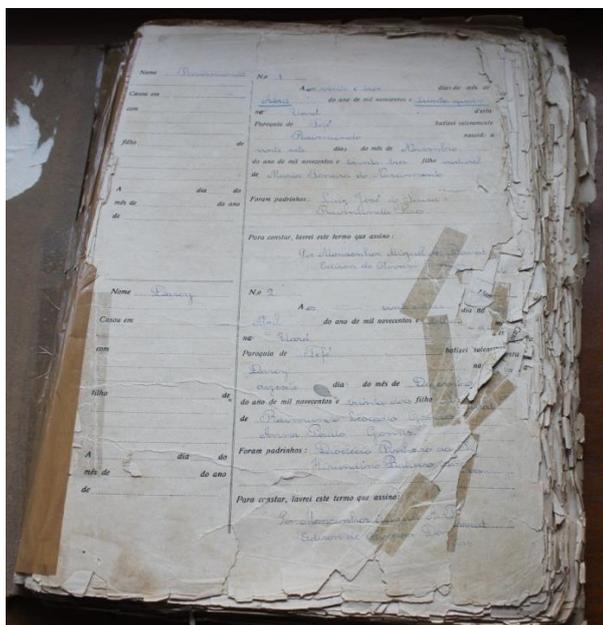
Percebemos também o estágio de deterioração já mencionado, principalmente nos casos das figuras 7, 8 e 9, em que traças contribuem, assim como o desgaste do papel, ou tinta da caneta, para a perda de dados dos batizados.

Figure 7: Capa de livro de batismo de 1934 a 1936



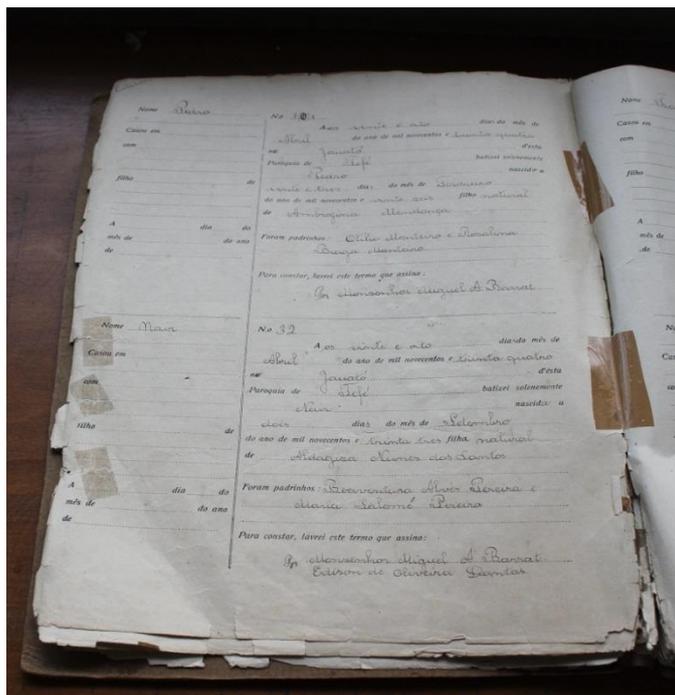
Fonte: Acervo da Catedral de Santa Teresa. Acervo da Secretaria. Seção de documentação. Elaborado pelo autor.

Figure 8: Registros de livro de batismo de 1934 a 1936 (dados da cerimônia-1).



Fonte: Acervo da Catedral de Santa Teresa. Acervo da Secretaria. Seção de documentação. Elaborado pelo autor.

Figura 9: Registros de livro de batismo de 1934 a 1936 (dados da cerimônia-2).



Fonte: Acervo da Catedral de Santa Teresa. Acervo da Secretaria. Seção de documentação. Elaborado pelo autor.

É perceptível, pois, que apesar da baixa quantidade de livros encontrados, existem muitos dados a serem transcritos, analisados e trabalhados. Infelizmente, há ainda uma grande lacuna de exemplares em se tratando de localidade e continuidade. Provavelmente estes livros devem ter sido transportados para outras paróquias, inclusive nas próprias cidades para questão de arquivamento ou terem se perdido durante o tempo.

Esta hipótese da presença de arquivos paroquiais em outras paróquias e em outras cidades, ainda que baseada apenas em relatos e suposições, é válida, no sentido que incentiva trabalhos de digitalização de fontes nas cidades vizinhas a Tefé. Dada a potencialidade das fontes, esses trabalhos tornam-se muito importantes para compreensão da dinâmica social desses municípios e da própria região. Além do mais, o risco de perda desses dados cresce a cada dia que passa. As condições de arquivamento desses arquivos são imprecisas e desconhecidas, podendo ser até ignoradas pelas administrações locais. Ou seja, além de muito importantes esses trabalhos de digitalização e, portanto, aquisição de fontes à historiografia, torna-se imprescindível e urgente sua realização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que seja uma parte de nosso foco utilizando certa perspectiva para isso, recorrendo das fontes que se encontram na instituição e dialogando com autores que discutem sua história, nos é inegável o fator de que é imprescindível falar da Igreja para abordar a própria história de Tefé. E pode-se ir mais longe até. Diferente do método utilizado por memorialistas e autores mais preocupados com a ênfase na Igreja, falar sobre ela e evidenciar suas influências, seus atritos na colônia, seus interesses dentre os vários sentidos que trazem a própria colonização, falar sobre a Igreja é também fugir dos aspectos mais políticos e factuais dando ênfase na própria sociedade do século XIX e XX.

Há sociedades sendo criadas nesse sentido que defenderão a Igreja e a Cristo em suas missões amplas e difundidas. São essas sociedades, em sua grande maioria, que irão rezar antes de dormir. São nos seus domingos que a Igreja aparecerá como um lugar de salvação e lazer. São suas crenças de santos e anjos e medos das profundezas, que estes compartilharão entre si de uma maneira ou de outra. É nessas sociedades que vamos ver a repercussão do cristianismo, antes imposto e mais tarde defendido.

O processo político, tal como encontrado em quase tudo que se têm hoje sobre a história de Tefé ainda aparece como primeiro plano, inclusive nas fontes que dispomos, não destacando pouco ou quase nada do que se tem sobre a sociedade. Prefeitos, bispos e papas de nada seriam sem as pessoas que constituem o povo. E não é a eles que são dedicados tais trabalhos.

É neste sentido que este trabalho tenta colocar sua meada. Ainda contextualizando o processo e discutindo suas características, mas também com a pretensão de que possa ser utilizado ou simplesmente incentivar a trabalhos que tenham como foco a sociedade ou mesmo as individualidades dos sujeitos. Os dados encontrados e as lacunas que aparecem com eles apontam justamente nesse sentido.

É importante ressaltarmos também a questão da conservação dos documentos eclesiais. Após todas essas pesquisas e indicações da potencialidade dos arquivos paroquiais, mostra-se que atitudes, tais quais criação de museu e outros espaços de arquivamento tornam-se indispensáveis para nossa região. Trabalho este que possa permitir a conservação e acessibilidade aos documentos.

Outros estudos, inclusive acerca dos movimentos missionários, principalmente no médio e baixo Solimões também podem ser viabilizados diante dos dados encontrados nesses livros, uma vez que quase sempre trazem séries de anotações e relatos de padres.

Portanto, espera-se que este estudo seja uma contribuição para a comunidade acadêmica e, fora dela, ao leitor comum, como forma de, mediante a apresentação dos dados

aqui presentes e discussões desenvolvidas, propiciar a produção do conhecimento em qualquer escala e contribuir para o que já se tem sobre história de Tefé e do Rio Solimões.

FONTES:

DOCUMENTOS DIGITALIZADOS:

Livros de casamentos e batismos (1890 a 1940) pertencentes à Catedral de Santa Teresa. Acervo da Secretaria. Seção de documentação.

OBRAS CONSULTADAS:

BOXER, C. R. **A igreja e a Expansão Ibérica (440-1770)**. Tradução de Maria Lecena Barros e Sá Cotreiras, 1978.

CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz de. **Índios Cristão: A Conversão dos Gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769)** Campinas, SP: 2005.

FRAGOSO, João et al. **Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas da pesquisa na reinvenção de um corpus documental**. Organização João Fragoso, Roberto Guedes e Antônio Jucá de Sampaio. 1ª ed. Rio de Janeiro, Mauad X 2014.

HAUCK, et al. **História da Igreja no Brasil: Ensaio de Interpretação a Partir do Povo: Segunda Época, Século XIX**. 4 ed. Vozes. Petrópoles, RJ. 2008.

HOORNAERT , Eduardo. **A Igreja Católica no Brasil Colonial**. in **História da América Latina: América Colonial, Vol. I**, Trad: Maria Clara Cescato. 2ª Ed. Editora da Universidade de São Paulo, Brasília DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

JOBIM, Anísio. **Teffe** in **Panoramas Amazônicos**. Ed. TYP PHENIX. Manaus, 1937.

MARE, Christian de. **Anthologie Spiritaine**. Ed. Congregação do Espírito Santo e do Imaculado Coração de Maria. Lisboa, 2010.

MACIEL, Elisângela. **Igreja de Manaus. Porção da Igreja Universal: A diocese de Manaus vivenciando a Romanização (1882-1926)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2008.

MEDEIROS, Wellington da Silva. **Concílio do Vaticano I (1869 – 1870): Centralização do Catolicismo**. Revista Eletrônica Discente História.com. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia Centro de Artes, Humanidades e Letras, 2013.

MELLO, Márcia Eliane Alves de Souza e. **Fé e Império: as juntas das missões nas conquistas portuguesas**. Manaus. Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

MENEZES, Maria Lucia Pires. **Prefeituras Apostólicas na Amazônia Brasileira. Estado e Igreja na nacionalização do Território**. XII Coloquio Internacional de Geocrítica. Universidade Federal de Juís de Fora. Bogotá, 2012.

PESSOA, Protásio L. **1º Centenário dos Espiritanos em Tefé (Síntese Histórica) de junho de 897 à 10 de junho de 1997**; 1ª edição. Tefé, 1997.

QUEIROZ, Kristian Oliveira de. **Centralidade periférica e integração relativizada – uma leitura de Tefé no Amazonas**. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

UGARTE, Auxiliomar Silva. **Filhos de São Francisco no País das Amazonas: Catequese e Colonização na Amazônia do Século XVII**. Diálogos Interdisciplinares – Amazônia em Cadernos. Museu Amazônico, Universidade do Estado do Amazonas, 2001.